

RESISTÊNCIA POPULAR ESTUDANTIL

Pra que(m) serve teu conhecimento?

Textos para defender a universidade pública e a saúde mental da(os) estudantes/trabalhadoras(es) contra o EaD e o Ensino Remoto.



Pra que(m) serve teu conhecimento?

“Ah, comigo o mundo vai
modificar-se. Não gosto
do mundo como ele é”
(CAROLINA MARIA DE
JESUS)

“Por uma educação que
nos ajude a pensar, e não
que nos ensine a
obedecer”
(PIXO ANÔNIMO EM
ALGUM MURO POR AÍ)



SUMÁRIO

Apresentação - p. 3

**1. Origem da Educação a Distância -
página 5**

**2. Diferenças entre o EaD e o Ensino Remoto -
página 10**

**3. A quem serve a Educação à distância? -
página 15**

**4. Por que o EaD é um perigo para a educação? -
página 19**

**5. Qual o papel da universidade na pandemia -
página 26**

**6. Quem somos nós, como nos organizamos e
onde estamos - página 29**

Referências consultadas - página 31

Apresentação

Educação à distância (EaD) e Ensino Remoto têm sido assuntos amplamente debatidos pelo conjunto de estudantes, colegiados e coordenações de curso em meio a pandemia. Porém, mais do que simplesmente uma alternativa lançada a mão no atual momento de restrição social, esta proposta possui uma história de mais de dois séculos, tendo aparecido em diferentes países de diferentes formas e em períodos distintos. Entretanto, apesar de sua diversidade histórica, se faz necessário enfatizar que o Ensino a distância, no contexto e nos moldes sociais que vivemos, favorece uma classe específica e tem um papel específico na sociedade sendo um perigo para a educação pública gratuita e de qualidade.

Nesta cartilha apresentaremos os principais aspectos do debate sobre EaD, como sua história de origem e chegada ao Brasil, pontuando seus atores e o motivo de sua implementação (redigido pelos compas da Resistência Popular Estudantil de Araraquara-SP), a diferenciação entre a Educação à Distância e Ensino Remoto, que apesar de se utilizarem de meios digitais guardam diferenças (escrito pela Resistência Popular Estudantil do Rio de Janeiro). Abordaremos também como esses termos são utilizados para confundir o debate sobre a quem servem tais modelos (redigido pela Resistência Popular Estudantil de Marília-SP), que se mostram uma ameaça para a educação gratuita (elaborado pela Resistência Popular Estudantil do Paraná) e o papel da universidade, da educação e da ciência na sociedade (também elaborado pelos compas da Resistência Popular Estudantil do Rio de Janeiro).

É importante nos mantermos vigilantes e ativos na defesa dos serviços gratuitos e públicos, enquanto direitos que, mesmo ainda com limites de acesso, precisam ser expandidos em busca de sua universalização. Caso contrário, os projetos privatistas, que se aprofundam nesse momento de crise sanitária, ganharão mais terreno sobre os reduzidos serviços que a população pobre e trabalhadora ainda possui. A Educação deve ser um direito de todas(os), e por nossas mãos destruiremos os projetos do capital, pois nossas forças movem o mundo, na luta por uma vida digna!

Destacamos que, embora existam e sejam largamente utilizadas ambas as expressões Ensino a distância e Educação a Distância, ao longo dessa cartilha optamos pelo uso da última, entendendo que Educação é uma categoria ampla, que abarca dimensões como o ensino, o aprendizado, as interações, as trocas, os valores, etc.

**Lutar, criar, poder popular!
Outono de 2020.**

1. Origem da Educação a Distância

A Educação à Distância, popularmente conhecida como EaD, não é uma novidade no campo da educação e apresenta-se como a separação física e temporal entre o educador e o educando. Essa modalidade passou por transformações de acordo com as tendências de comunicação em cada período da história, ou seja, o que hoje se resume a utilização de notebooks, tablets e celulares, antigamente, era atribuído a tecnologia da época, como as cartas. Diante disso, fazendo uma retrospectiva da história do EaD, pode-se datar desde o ano de 1728 até os dias atuais e é essencial tratar criticamente, de forma que não se resume somente aos meios pelos quais essa modalidade habita, mas para quem, por onde e de que forma ela está sendo realizada.

Em 1728, época em que as correspondências por cartas eram as principais vias de comunicação entre as pessoas, aparecem os primeiros registros de um curso a distância. Esse curso é visto a partir de anúncios de um jornal em Boston, nos Estados Unidos, em que um professor oferecia cursos de taquigrafia - método abreviado ou simbólico de escrita - para pessoas de todo o país, enviando semanalmente pelos correios materiais impressos. Ainda no formato de correspondência, em 1883 na Suécia, a Universidade de Lund passa a oferecer cursos de composições. Este movimento de ensino remoto ganha destaque na Inglaterra, em 1840, com professores oferecendo cursos de taquigrafia com acompanhamento e avaliação dos estudantes, ainda por meio de cartas. Seguindo e ampliando a variedade de cursos ofertados, inaugura-se, na Alemanha em 1856 o ensino de idiomas a distância. Já no século XIX, o EaD começa a ser massificado com cursos complementares de aperfeiçoamento profissional, direcionados a pessoas que residiam distantes de instituições de ensino, sem que os cursos presenciais fossem substituídos.

No Brasil, sua presença data desde 1904 com instituições privadas oferecendo cursos de datilografia por correspondência em anúncios no Jornal do Brasil. Ao longo dos anos, com a mutação e transformação da tecnologia, nas décadas de 40 e 50 se inicia um período de ensino por meio de rádios – como o caso da Universidade do Ar que traz uma iniciativa do SENAC e SESC para oferecer cursos comerciais para mais de 80 mil estudantes em mais de 318 locais. Diante disso, com aprendizado via rádio, as (os) estudantes além de acompanharem semanalmente as transmissões de seus cursos, recebiam, mediante pagamento, materiais impressos para auxiliar o aprendizado. As matérias oferecidas iam desde cursos de qualificação profissional a ensino de idiomas, tal como ocorrera na Europa.

Em 1960 e 1970, com a chegada e fixação da televisão brasileira e com a necessidade de aperfeiçoar a mão de obra trabalhadora por meio da educação direcionada ao letramento e a qualificação, há a explosão de cursos televisivos. Além disso, em 1976 há a criação do Sistema Nacional de Teleducação, que em 12 anos acumulou mais de um milhão de matrículas em 40 cursos diferentes, seja por meio de correspondência, rádio ou TV. Nessa mesma linha, o conhecido Telecurso da Fundação Roberto Marinho se articulava para oferecer supletivo do ensino fundamental e médio com aulas televisivas acompanhadas de materiais impressos. Assim, com o aumento de instituições que disponibilizavam tantos cursos diferentes, tornou-se indispensável o início da institucionalização sobre essa modalidade, com a criação pelo Departamento Nacional de Educação de um setor destinado exclusivamente ao EaD, chamado Centro Nacional de Educação a Distância (CEAD).

A partir disso, em 1995, com o começo da disseminação da internet, os cursos EaD já começam a ser estruturados pelas Instituições de Ensino Superior. Em 1996, há a legalização normativa da educação à distância pela Lei nº 9.394, tornando o EaD uma modalidade válida no Brasil. Somente em 1997 há oferta de cursos de pós-graduação a distância, e em 1999 o Ministério da Educação dá os primeiros passos ao credenciamento de instituições privadas para atuarem nesta modalidade de ensino.

A Educação a Distância está em constante crescimento, no ano de 2019, só no Brasil possuía mais de 9 milhões de estudantes matriculados no ensino superior. Desses 9 milhões de estudantes, 43% (mais de 3 milhões) estão localizados no sudeste do país. De 2017 a 2018 houve uma adesão de mais de 2 milhões de estudantes a essa modalidade, causando o aumento de 17% nas matrículas. Em relação à procura do EaD, os cursos mais almejados são de bacharelado e licenciatura, enquanto os cursos de pós-graduação não foram tão bem aceitos.

Os dados trazidos até então nos dão indicativos de muitas características das (os) estudantes e dos cursos EaD. Historicamente, podemos observar que a Educação a Distância foi uma forma oportuna de ampliar a qualificação teórica e técnica da classe trabalhadora, sem que houvesse investimento em instituições de ensino públicas e de qualidade, e que formasse profissionais autodidatas, muitas vezes sem qualquer tutoria e sociabilidade com outros estudantes trabalhadores. A precariedade do ensino é também histórica, mostrando que há um distanciamento no contato entre professores e estudantes, além de dispor de ferramentas que, isoladamente, são ineficazes para a aprendizagem contínua.

Podemos analisar também que a maior taxa de matrículas em EaD está na região sudeste que, não por acaso, é a região com mais acesso à internet. Porém, os que mais procuram esse método de ensino são os menos privilegiados dessa região, visto dados os quais demonstram que a maioria de estudantes em graduações a distância são pertencentes a classe trabalhadora B e C, o que ocasiona três constatações: a) apesar de possuírem acesso à internet, não dispõem de aparelhos eletrônicos que possibilitem, ou que dificultem, o total desenvolvimento de suas capacidades acadêmicas; b) são estudantes que provêm de escolas públicas, provenientes de um modelo de ensino arcaico e precarizado, o que dificulta ainda mais o processo de aprendizagem no ensino superior; c) estão submetidos a uma rotina de trabalho conjuntamente à rotina de estudo, sem dispor de integralidade

para dedicarem-se completamente a nenhuma das atividades. Além disso, seja por meio de cartas, rádios, televisões ou internet, é necessário que haja um espaço de foco e dedicação ao estudo, o que na maior parte das vezes não corresponde à realidade das casas brasileiras, que não possuem um cômodo destinado ao estudo, como um escritório ou biblioteca.

O vácuo produzido pelo ensino público brasileiro, seja nos níveis fundamental, médio ou superior, abre a enorme possibilidade de ascensão da iniciativa privada com instituições educacionais que, por sua vez, transformam a educação em uma mercadoria. Assim como produtos em promoção dispostos sobre prateleiras dos supermercados, o ensino privado dispõe do EaD como a alternativa mais barata, acessível e funcional para a classe trabalhadora, com menor investimento e menor qualidade. Essa classe então, conforma-se com o “menos” e o “possível” e aceita sua condição subjugada. Assim, vemos uma educação a distância voltada ao aperfeiçoamento e manutenção de uma lógica de classes – em que o conteúdo ofertado não estar a par das universidades particulares da classe média e alta, ou das universidades públicas.



Dessa forma, a partir do histórico apresentado e do desdobramento do Educação a Distância na atualidade, podemos perceber que há falhas educacionais e de que o EaD está longe de ser uma solução para a educação brasileira, uma vez que já que promove, constante e diretamente, a precarização do ensino, dificulta a sociabilidade e a organização entre os próprios estudantes, o afastamento entre estudantes e professores, a flexibilização das condições necessárias ensino e de estudo e o avanço da iniciativa privada como forma de tomar para si a solução de falhas do Estado. Por fim, evidencia cada vez mais as desigualdades sociais que, idealmente, deveriam ser diminuídas por meio da educação gratuita, de qualidade e emancipadora.

2. Diferenças entre o EaD e o Ensino Remoto

REItorias vem apresentando o Ensino Remoto (ER) como uma saída para que em meio ao isolamento social seja possível manter um de seus tripés: o ensino. Tais defesas de retomada das aulas a qualquer custo trazem a diferenciação do EaD e do Ensino Remoto, muitas vezes apresentada como algo benéfico. Acreditamos que de fato há diferenças entre as modalidades, porém, aquilo de danoso no EaD se mantém, e as condições impostas pelo imprevisto do ER podem ser lidas como uma precarização do modelo a distância como substituto do presencial. Por tanto, se faz necessário compreender tais diferenças para que possamos identificar tanto os pontos convergentes entre as modalidades, quanto aquilo que se diferencia e que pode ser até mesmo mais danoso aos estudantes, principalmente os mais pobres, e também aos docentes. Tudo isso com objetivo de formular uma crítica consequente para que possamos combater mais esse ataque às universidades públicas.

Temos inúmeras críticas ao modelo de EaD, pois passa longe de oferecer um processo de educação que defendemos, além de fazer parte do projeto mercantilista da educação. Estas críticas podem ser lidas, nos outros capítulos que se encontram nesta mesma cartilha. Aqui focaremos naquilo que diferencia ambas as propostas.

As primeiras diferenças podem ser vistas à nível de operacionalização. O Educação a Distância tem aulas gravadas, e permite certa “liberdade” do estudante, que pode construir os seus horários de estudos, quando e onde quiser. A precarização do docente é uma das marcas negativas fortes deste modelo.

Convertem-se de professores para assumirem o papel específico de tutores. As consequências desta transformação são impactantes, haja vista que o professor em si, já é uma categoria pouco valorizada pelos governos de plantão. O tutor é menos ainda. Pois este, enquanto “profissional” (conceito difícil de aplicar, já que seu reconhecimento na legislação trabalhista é quase que inexistente), além de não possuir nenhum tipo de direito enquanto docente, recebe algo que não se enquadra como salário – tal qual o profissional docente – mas sim uma bolsa para exercer o acompanhamento de turmas. Ou seja, o professor é descartado enquanto sujeito formado para o exercício didático e pedagógico, e sua função é adulterada quanto se dá a sua substituição por a de um tutor. Para este último, resta apenas a atribuição de observar se os alunos estão respondendo chats e fóruns, à distância.

Na EaD as aulas são permitidas e regulamentadas para apenas alguns cursos e disciplinas, e conta com uma pequena carga horária que visa contemplar atividades presenciais, com o objetivo de auxiliar o processo formativo. Como é possível constatar, sua metodologia é desenvolvida de forma própria, e tem como objetivo não só atender alunos que se matriculam nesta modalidade, mas impor um modelo de fácil acesso, que não preza, necessariamente, pela qualidade. Os motivos que propiciam uma grande parte de pessoas se maticularem nesta proposta, se deve a ausência de instituições de ensino superior próximas a seu bairro ou sua cidade. No limite, há também fatores, como a necessidade destas(os) alunas(os) estarem em casa para cuidar de filhos ou idosos, dentre outras funções domésticas que impedem seu traslado para universidades fisicamente distantes.



No contexto que vivemos, o Ensino Remoto vem como improvisado, um tapa buraco, para que se mantenham as aulas em um contexto de isolamento social, a partir de uma regulamentação emergencial do MEC. Logo, ele não é dotado de qualquer planejamento qualitativo, que permita formular uma estratégia em que as desigualdades não se perpetuem através do ensino. Se dá por meio de uma transposição do presencial para o plano virtual. Então as aulas acontecem apenas ao vivo, com dia e horário fixos e agendados. São uma live que não considera a frequência e diversidade de contingências passivas a ocorrer. A conexão caiu, reinicia-se o modem, a bateria acaba, falta energia.... Ainda mais, professores que não passaram por nenhum tipo de formação ou que tenha “intimidade” com a tecnologia empregada, precisam agora se virar para dominar as ferramentas tecnológicas, e caso estas não falhem – situação que é atípica neste meio – poderão apresentar suas lives. Neste sentido, as aulas seguem o cronograma previsto no semestre presencial, independente de todos os “acidentes” de percurso. O ensino é totalmente dependente da tecnologia. Professor e aluno, são reificados pela técnica, e a didática perde completamente seu sentido.

Nestes termos, este tapa buraco, que é o Ensino Remoto, aparece como uma janela de oportunidade para os interesses de grandes empresas de tecnologia que, além de venderem seus pacotes e causarem a dependência do instrumento, são também favorecidas pela possibilidade armazenamento de dados privados de seus usuários (professores e alunos), a serem utilizados a bel prazer pelas empresas, seja para venda, como para traçar perfis de potenciais consumidores de diversos produtos. A segurança e a privacidade não dimensões ignoradas pelas reitorias e entidades que defendem este projeto. Por que será?

Para impor o modelo do Ensino Remoto, também se lança mão por parte de alguns gestores e entidades, o argumento da tecnofobia. Este, sem dúvidas, é uma das justificativas mais apelativas que podemos escutar, pois, sem argumentos para debater com aqueles que problematizam os interesses do Ensino remoto – através de alguns dos elementos vistos acima –, entidades e reitorias, que escamoteiam seus vínculos com interesses privados, buscam estigmatizar e deslegitimar aqueles que buscam o debate com contrapontos estatisticamente fundamentados (como se pode ver em várias passagens desta cartilha sobre o baixo acesso a internet pela classe trabalhadora). No fundo, o discurso da tecnofobia aparece como narrativa que buscar tratar como patologia e doença aquilo que deveria ser examinado por suas formas sociais, espaciais, econômicas, políticas, que condicionam a exclusão social à universidade e ao ensino público para população historicamente tratada de forma desigual.

Como adaptar os conteúdos, as dinâmicas de sala, as aulas expositivas e as avaliações sem prejudicar o processo de aprendizagem, que já é precarizado? Como manter as aulas interessantes, quando há uma desigualdade que, inclusive faz recair sobre as mulheres tarefas domésticas que as impedem de se dedicar às aulas virtuais?

Assim, podemos perceber que se por um lado o Ensino Remoto nos é apresentado e oferecido como um improviso, por outro lado, seus objetivos de sucatear a universidade pública e aumentar sua elitização, está muito bem estruturado. A volta às aulas neste período é a oportunidade para que este projeto intensifique o desmonte da universidade pela mercantilização que alberga o ER. Esta proposta ignora o difícil momento que passamos, provocados pelo COVID-19 e seus agravamentos e normaliza o funcionamento da universidade de uma forma extremamente aristocrática e desprezível.



3. A quem serve a Educação à distância?

A educação não presencial aprofunda as desigualdades já existentes no processo educacional brasileiro e, mesmo assim, continua sendo a aposta do Estado a níveis federal, estadual e municipal para lidar com a educação em tempos de coronavírus. Se estudantes e professores, juntamente das demais pessoas envolvidas nos processos educacionais, **NÃO** estão se beneficiando, de forma alguma, nesse processo de implementação massiva da Educação à Distância (EaD), quem está? Desde a falta de acesso por parte de muitas (os) estudantes, à precarização do trabalho docente e inúmeras demissões de trabalhadoras(es), o EaD escancara que o projeto educacional do Estado brasileiro faz parte de um projeto de país dependente, comprometido com interesses da classe dominante, cujo lema é privatizar os lucros e socializar os custos, eis aqui o neoliberalismo.

Para abordar o EaD no Brasil é preciso apontar também para um dos maiores lobby existentes em nosso país. A influência exercida pelo setor educacional privado nas decisões do Estado tem crescido na mesma medida em que seus lucros. A exemplo disso, temos a Kroton, uma empresa do ramo educacional, que cresceu exponencialmente ao receber bilhões de reais com medidas federais elaboradas pelos governos petistas, como o FIES. Em 2017, durante o governo Temer, houve uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que passou a permitir que instituições de ensino oferecessem cursos EaD sem autorização prévia do Ministério da Educação (MEC), sendo permitido, também, que essas instituições não oferecessem cursos presenciais. Não por acaso, verifica-se que 6,4 milhões de vagas em EaD eram oferecidas em 2017, indo para a marca de 7,1 milhões em 2018, superando as 6,4 milhões de vagas oferecidas em cursos presenciais naquele mesmo ano.

Com isso, mais uma vez, o setor privado foi quem ganhou, tendo em vista que os cursos EaD foram ofertados, massivamente, por instituições privadas de ensino.

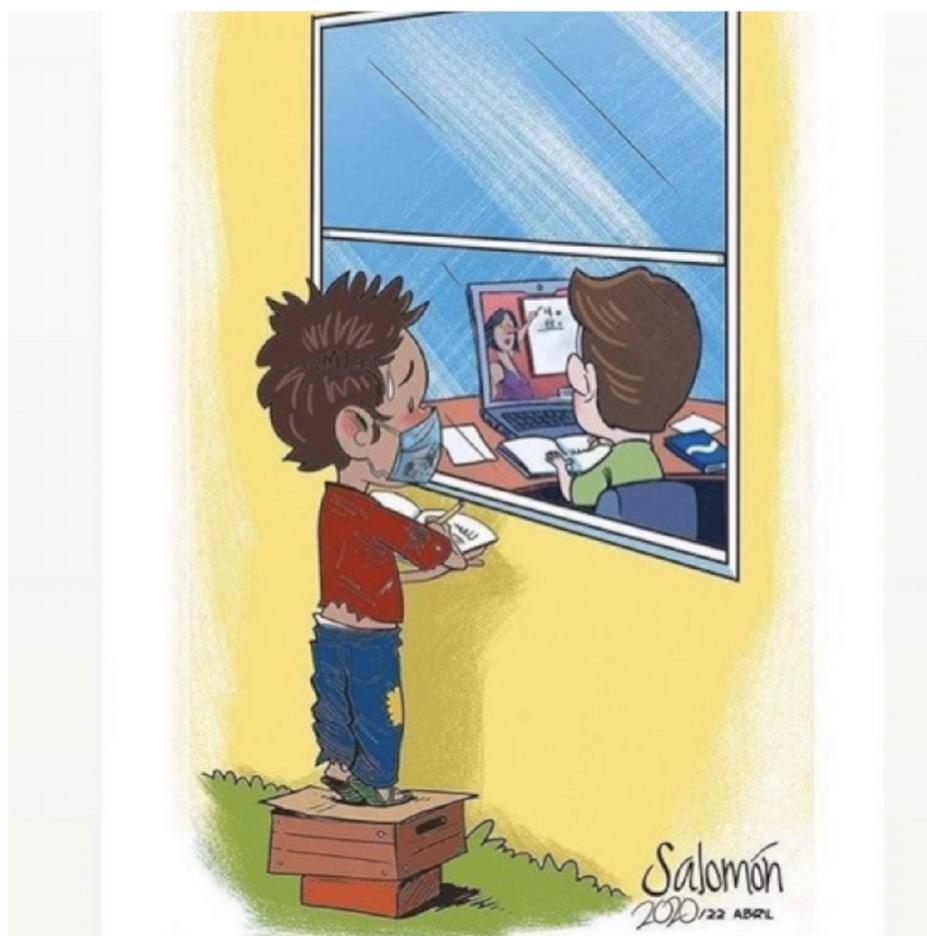
Hoje, no governo Bolsonaro, representando os interesses do setor educacional privado, temos Elizabeth Guedes, presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas e irmã do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Ela percorre os corredores de Brasília como representante das empresas Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras, que atuam em vários níveis do setor educacional e compõem o oligopólio educacional brasileiro. Ainda no que diz respeito ao governo Bolsonaro, a insistência por parte de seu ex Ministro da Educação, Abraham Weintraub, pela manutenção do ENEM em meio à pandemia, e agora depois da pressão popular, pautando para um adiamento totalmente insuficiente devido a tudo que os estudantes pobres vem enfrentando nesta dura conjuntura, denuncia que o elemento em consideração é o crescimento das taxas de lucro de empresas do circuito privado, não a dura realidade de nossas (os) estudantes. Em tempo, cabe salientar o impacto social de cunho racista e classista dessa decisão, que negaria mais evidentemente o acesso ao ensino superior público à juventude negra. Não se trata apenas de falta de acesso à internet e materiais de estudo, mas, também acesso à luz, água, saúde física e mental de qualidade, e tantas outras coisas fundamentais para uma vida digna.



No Brasil, apenas 9% da população trabalhadora mais pobre (classes D e E) possui computador em suas casas, sendo que metade dessas moradias não possui nem acesso a serviços de saneamento básico. Alheias a isso, escolas e universidades privadas seguem a todo vapor sem uma qualitativa redução ou suspensão de suas mensalidades, realizando, ainda, demissões massivas que, juntamente da redução de gastos relacionados a materiais e a manutenção da infraestrutura, faz com que se lucre ainda mais com a venda da educação. Paralelo a isso, as ações de empresas de videoconferência, como a “Zoom”, já ultrapassam o valor de capitalização de mercado da Vale, da Petrobras e da Ambev. Esses breves exemplos reafirmam que há uma minoria lucrando com a desgraça de muitos e que nosso Estado se articula para isso.

A instrução formal das pessoas é requisito mínimo para o exercício da cidadania em Estados ditos democráticos, como o nosso. Contudo, nossas instituições de ensino parecem propiciar, de forma muito precária e embrionária, o desenvolvimento de uma consciência no que diz respeito a direitos e deveres; o que temos, na realidade, são instituições de ensino voltadas para a produção de mão-de-obra barata – pessoas cuja formação possibilita, apenas, ocupar postos de trabalho de baixa remuneração e valor social. Então, concluímos que é justamente por isso que para o Ministério da Educação e diversos REitores de universidade públicas "a Educação não pode parar": a mando "do patrão", eles estão preocupados com o contingenciamento de mão de obra qualificada e mão de obra barata que entraria no mercado de trabalho nos próximos anos.

Como vimos, o Estado está servindo a interesses que preconizam o lucro e não a vida digna do povo. A educação não presencial agrava a defasagem formativa das (os) brasileiras (os) e nos fornece um forte indício a respeito de quem se beneficia com a implementação massiva dessa modalidade que são aqueles que lucram com a exploração das (os) de baixo. Nesse sentido, ter uma massa de trabalhadoras(es) cuja formação não foi capaz de propiciar uma dimensão crítica da realidade é necessário para que o capitalismo siga operando sem que haja muita resistência por parte das(os) exploradas(os). Restringir o acesso de muitos estudantes da classe trabalhadora a instrução formal, da construção coletiva da educação, sobrecarregar ou demitir trabalhadoras(es) e precarizar ainda mais o sistema de ensino é legitimar um processo de exploração que, historicamente, concentrou na mãos de poucas(os) a riqueza produzida por muitas(os).



4. Por que o EaD é um perigo para a educação?

Mercantilização

Quando se critica a implementação da Educação à Distância (EaD) na educação básica e superior públicas é muito comum que lhe seja atribuído o adjetivo “excludente”, em face da grande desigualdade social a que nós, brasileiras(os), estamos submetidos. Num país em que uma parcela significativa da população não possui nem condições dignas de moradia, fica claro que boa parte das(os) estudantes não teriam acesso aos equipamentos digitais necessários para aderir à educação remota.

A falta de acessibilidade digital, no entanto, está longe de ser o único ou até mesmo o principal aspecto negativo do EaD. Estudiosas(os) da área apontam que não há uma relação intrínseca entre o EaD e a necessidade de equipamentos eletrônicos, uma vez que foram e são utilizados outros meios em iniciativas de educação à distância para além de computador e internet, tais como correspondências, apostilas, fitas-cassetes, televisão e rádio. Essa relação de dependência entre EaD e equipamentos eletrônicos é, convenientemente, fabricada a partir de uma associação entre as entidades privadas que oferecem educação à distância e as empresas que vendem softwares e equipamentos eletrônicos, que visa o enriquecimento permanente dos respectivos grupos empresariais.

Da mesma forma, a relação existente entre a expansão do EaD com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação não pode ser vista como uma evolução natural, nem como um fruto inevitável – e benéfico – da modernização/progresso. É imprescindível lembrar que toda tecnologia produzida massivamente é resultado de uma correlação de forças, que envolve interesses econômicos e, na maioria das vezes, relega a um segundo plano o quanto a sociedade pode se beneficiar dela. Nesse sentido, podemos afirmar que, se há espaço para que o EaD seja propagandeado, sob ares de inovação, como “a educação do futuro” é porque atende à interesses das classes dominantes.

Outro argumento que costuma ser mobilizado na defesa do EaD é o de uma suposta democratização do ensino superior, uma vez que essa modalidade de ensino pode atender a grupos de pessoas impossibilitadas de acessar o ensino presencial. Porém, não é essa a realidade da maior parte das pessoas matriculadas em cursos de graduação e pós-graduação à distância hoje no Brasil. O ensino presencial não é de fato uma possibilidade para muitas dessas pessoas, tendo em vista o alto custo das mensalidades, no caso das instituições privadas, e a ampla concorrência das universidades públicas, que desumanizam os que tentam entrar ou estão nelas. Diante disso, a Educação à Distância oferece mais vagas no ensino superior do que a modalidade presencial e apresenta-se como a única opção para obtenção de um diploma para as camadas mais precarizadas da sociedade que acabam acessando uma educação mais aligeirada e de menor qualidade. Essa certificação em larga escala garantida pela massificação do EaD oferece ao mercado um exército de reserva qualificado tecnicamente, o qual aceita trabalhar por menores salários e em condições mais precarizadas no tocante aos vínculos empregatícios e aos direitos trabalhistas. Portanto, o EaD e flexibilização do trabalho andam de mãos dadas e junto a eles a mercantilização do ensino superior, que enche os bolsos dos oligopólios da educação privada.

Democratizar o acesso ao ensino superior não implica, necessariamente, em democratizar o acesso ao conhecimento, sobretudo no que diz respeito à produção de conhecimento, e a quem se destina a beneficiar. Não à toa organizações/órgãos internacionais, como o Banco Mundial, vêm defendendo a criação de instituições de ensino superior não universitárias, ou seja, que não realizem pesquisa e extensão nos países de capitalismo dependente. O modelo universitário, que atende a muitos estudantes, emprega um corpo permanente de docentes e desenvolve a soberania nacional a partir das pesquisas científicas é apontado como um gasto excessivo, por que? Para eles, o monopólio da produção de conhecimento científico deve continuar nas mãos dos grandes laboratórios e centros de pesquisa privados dos países dominantes, servindo apenas a esses grupos.

Precarização

Uma das maiores preocupações relacionadas à qualidade de ensino oferecida pelo EaD diz respeito às noções de ensino-aprendizagem. Aprender não pode ser reduzido a decorar conceitos e fórmulas, a reproduzir acriticamente algo que lhe contaram, a completar e repetir listas de exercícios de forma mecânica, pelo contrário, ultrapassa em muito isso. Há algo inerentemente humano que se perde com a separação entre estudante e sala de aula. O aprendizado envolve processos como criação de vínculos, com interação entre discente-docente, docente-docente, discente-discente são as relações entre todo o corpo que compõe a estrutura educacional. Assim, é apenas por meio desse contato humano, vivo, nesses entres, que a (o) professor consegue perceber se as (os) estudantes estão acompanhando seu raciocínio, tendo a possibilidade de remanejar sua explicação, moldá-la de outro modo, buscando alcançar o olhar perdido, a sobrancelha franzida, o semblante confuso, é uma construção coletiva do eixo ensino-aprendizagem. Grande parte do processo de aprendizado acontece na dúvida, que na maioria das vezes a (o) estudante só se sente confortável em compartilhar quando

consolidada uma relação de confiança com a (o) professor e essa confiança se constrói na presença, com expressões, com afetividade, com convivência – que vai muito além do corpo presente.

Outra parte do processo de aprendizado acontece no debate, na troca entre pares, na socialização, no (re)conhecimento do outro em toda a sua diversidade, é preciso do espaço partilhado e as relações nele construídas para a construção da coletividade. Além de possibilitar ricas discussões e contribuições espontâneas, a interação viva própria da sala de aula é o meio pelo qual pode se realizar a construção do conhecimento como uma via de mão-dupla. Ou seja, não são apenas as (os) alunos que aprendem com a (o) professor, mas também tudo o que ele aprende com os alunos o enriquece como profissional e como ser humano. Ensinar não é transferir conhecimento, é construir conjuntamente, afinal.

Esse distanciamento pessoal entre as (os) envolvidas (os) no ensino-aprendizado, tanto entre educadores e educandos quanto de educandos entre si, não só prejudica as práticas pedagógicas, mas também as inviabiliza. Estudantes com necessidades educacionais especiais são ainda mais afetadas pela redução de possibilidades que o EaD impõe aos docentes, especialmente no ensino básico e diminui a possibilidade de intervenções motivadas por violências diversas no ambiente familiar, atenção às necessidades básicas das (os) estudantes e da construção de laços comunitários na escola.

O espaço domiciliar certamente não é o mais adequado para o desenvolvimento de atividades educativas, seja pelas distrações a que estudantes com pouca experiência em planejamento e organização do tempo podem se deparar, seja pela dificuldade de concentração causada por condições materiais como falta de espaço adequado (muitas famílias compartilham poucos cômodos entre muitas pessoas) e condições dignas de habitação, saneamento e alimentação. Mulheres estudantes que são mães ou a quem são relegadas tarefas que envolvem o cuidado de

de familiares e/ou da casa também são prejudicadas pela transferência do estudo para o espaço privado, quando se trata da sobrecarga com o trabalho reprodutivo e de cuidado, além da própria carga mental. Isso sem falar das casas que sequer são lares, mas ambientes de violências a crianças, mulheres e pessoas LGBTs.

Diante do projeto de precarização da educação em curso, não é de se espantar que um dos principais alvos do EaD seja justamente a formação docente, ou seja, os cursos de Pedagogia e Licenciaturas. É necessário capacitar professoras e professores, com os menores custos, para a tarefa de formar os profissionais precarizados do futuro, que reproduzam um sistema explorador e que não estejam apropriados sobre as potencialidades da educação enquanto ferramenta política de intervenção e transformação da realidade.

Engana-se quem pensa que apenas o ensino superior está sob a mira do EaD: A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), aprovada em 2017, permite que parte da carga horária no Ensino Médio e, principalmente, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) possa ser realizada à distância, inclusive por meio de atividades consideradas como “trabalho supervisionado”. Ou seja, preferem nossa juventude sendo explorada em empresas “parceiras” das redes de ensino do que a sua permanência na escola, local que muitas vezes é visto como o único espaço seguro e acolhedor que nossas crianças e jovens conhecem.

Conclusões

Há quem alegue que o problema não é a modalidade em si, mas sim a tentativa de implementação emergencial do EaD nas instituições de educação básica e superior públicas em meio à conjuntura pandêmica em que nos encontramos.

Esse argumento baseia-se em razões como a falta de acessibilidade digital entre o corpo discente e a falta de capacitação docente para adaptar, às pressas, suas aulas para os meios digitais disponíveis, além das fragilidades econômicas e de saúde mental e física que a pandemia pode impor à parte considerável da comunidade escolar ou acadêmica. Para essas pessoas seria admissível, portanto, a ampliação do EaD em períodos de suposta normalidade, juntando ao argumento de controle da educação, de uma educação dita neutra, como vemos no Movimento Escola sem Partido. Mas devemos questionar: que normalidade é essa que entrega a formação das futuras gerações para os oligopólios da educação superior privada? Que adequa nossa educação aos interesses de organismos internacionais que querem manter e agravar nossa condição de país subjugado?

Assim, entendemos que abrir as portas para o EaD nas universidades públicas durante o período de pandemia pode possibilitar sua posterior manutenção. Dessa forma, caminharíamos a passos largos para a completa privatização do ensino superior, projeto esse que se relaciona diretamente com os ataques à pesquisa científica nacional. Afinal, a Universidade que os de cima desejam nos oferecer não é uma Universidade; é, no máximo, uma faculdade particular EaD que irá nos qualificar tecnicamente para sermos explorados e continuar nesse caminho no mercado de trabalho. Entendemos, ainda, que o EaD faz parte de uma tentativa de desmobilização no campo da educação que visa a despolitização das (os) professores e que afasta as (os) estudantes da organização nos seus locais de estudo, das lutas por suas demandas imediatas e da disputa por um outro projeto de educação e de Universidade!

Mercantilização, precarização e desmobilização são algumas das faces do EaD que precisam ser desmascaradas por nós, estudantes e educadoras/es!

CENSO E A INTERNET...



5. Qual o papel da universidade na pandemia

Acreditamos que nós, estudantes, devemos tomar de assalto aquilo que é nosso. Entretanto, o processo de compreensão coletiva de que a universidade deveria ser nossa e de quais seriam os meios necessários para nos apossarmos dela implica um tempo próprio de auto-amadurecimento de nós, estudantes.

Quando CAs, DCEs e coletivos estudantis divulgam para o estudantado questões relativas à vida acadêmica como reformas curriculares, critérios de distribuição de bolsa, editais e por aí vai, somos convidados a participar de algo que nos é insinuado que também nos diz respeito.

Se a primeira impressão que temos é de que vale mais a pena estarmos em nossa zona de conforto do que opinar sobre algo que "outros muito mais capacitados" irão poder responder por nós, significa que existe aí uma alienação política que é fundante e reprodutora de nossa sociedade que pouco decidimos os rumos sobre ela.

É contra essa tendência que nós lutamos, entendendo que não somente os alunos e alunas devem construir um curso com sua cara, mas também a universidade. Ao longo desse processo vamos entendendo o porquê dos alunos serem alienados do processo político: porque as estruturas decisórias formais da universidade são profundamente desiguais, onde em quase todos os casos impera o famoso "70 x 15 x 15". Onde a minoria docente possui mais poder de voto que os alunos e técnicos que são os 2 maiores setores da universidade.

Por isso, defendemos que os alunos também imponham suas demandas no atual cenário onde as reitorias, a mando do governo, buscam "passar a boiada" e, sem debate qualitativo entre a comunidade acadêmica, impor uma dinâmica de "ensino remoto" que por si só é excludente para com as camadas mais precarizadas da universidade.

O debate sobre a retomada das aulas nos impõe essa dúvida fatídica: se não é pra emplacar um maior combate à pandemia, então por que a necessidade de voltar às pressas, desta maneira?

Ao nosso ver, a função da universidade deve sempre ser uma ferramenta dos interesses dos de baixo, onde as aulas, as pesquisas e as extensões vocalizem as demandas por uma vida digna aos de baixo. Ou melhor: que não haja uma sociedade que divida sua existência entre os de cima e os(as) de baixo!

Até esse momento, nós iremos moralizando a nossa luta pelas pequenas e grandes vitórias pontuais, acreditando que hoje o movimento estudantil deve pressionar que a universidade cumpra seu papel adotando as seguintes ações:

- continuidade das políticas de permanência estudantil dos alunos;**
- não demissão e continuidade do pagamento dos/as terceirizados/as;**
- produção de materiais de higiene e EPIs;**
- que cada área/curso reflita sobre o seu papel prático para o combate à pandemia e contenção de contágio aos pobres;**
- a construção desde baixo de um plano de emergência popular da universidade;**

- exigir uma contrapartida das empresas privadas que sugam os recursos públicos para as múltiplas demandas financeiras da universidade no atual plano de emergência da universidade;

Tudo isso dependerá do engajamento de cada estudante para que continuemos realizando o projeto de universidade popular no atual estágio de pandemia!

6. Quem somos nós, como nos organizamos e onde estamos

A Resistência Popular é uma organização político-social de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, setores comunitários, e militantes engajados na construção de um outro jeito de construir a resistência contra as opressões cotidianas. Nos organizamos em torno dos mesmos princípios e concebemos uma visão específica do movimento popular.

Na Resistência Popular Estudantil, queremos nos somar na luta pela conquista e defesa dos interesses estudantis (universitários, técnico e secundários) e por uma Universidade pública, gratuita e a serviço das demandas do povo. Somos a vontade de construção de uma tendência (um estilo de trabalho e método de luta) que no movimento estudantil faça a defesa da organização estudantil por local de estudo e autonomia das bases para uso de suas entidades (DA's, CA's, Grêmios Estudantis) enquanto instrumentos que, articulados, possam criar força social para a luta por uma educação digna, livre de opressões contra as mulheres, LGBTQ+ e negros e negras, feita pelo povo e para o povo.

Assim como um grupo de estudantes organizados dentro das universidades e escolas, atuamos no movimento estudantil sem no entanto nos restringir a ele. Os problemas experienciados e enfrentados dentro das instituições de educação não podem ser pensados e combatidos de forma isolada. Dessa forma percebemos a necessidade de construir alianças e relações com outros movimentos sociais e grupos de nossa classe. Relações de solidariedade de classe e apoio mútuo. Assim acreditamos estar construindo o poder popular para enfrentar o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Nos organizamos de maneira federalista, pautados na democracia direta e de base, ou seja, operamos com diferentes núcleos, construídos a partir da adesão livre e consciente aos princípios e práticas que nos constituem. Os núcleos, chamados núcleos de base, podem ser formados por estudantes do mesmo curso, campus, universidade, escola ou até mesmo região. É formado por, no mínimo, três pessoas, reunindo-se periodicamente para analisar e discutir os problemas e questões específicas, organizar tarefas de propaganda ou mobilização e colocar a mão na massa junto a seus colegas nas tarefas necessárias para a construção de lutas em seus espaços de atuação.

Para além destes núcleos, há plenárias gerais por região, universidade ou escola. É nestas plenárias que fazemos formações, discutimos nossas linhas políticas para atuação de todas e todos, caracterizamos as situações nos diferentes locais, pensamos em uma política financeira que dê suporte a nossas atividades e conversamos sobre todo tipo de demanda de nosso povo.

Referências consultadas:

COSTA, K da S., FARIA, G. G.. EAD: sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. Relatório educação a distância no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>&cc=0. Acesso em 02 de junho de 2020.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Educação a distância: praticidade e qualidade conquistam mais estudantes no Brasil. In: Boletim Universo EAD. Ano 9, Ed 81, 2013. Disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a19964.htm&subTab=00000&uf=&local=&testeira=2045&l=&template=2029.dwt&page=boletim&unit=0>. Acesso em 02 de junho de 2020.

EAD – Conquiste seu diploma. Como surgiu a EaD? Disponível em: <https://www.EaD.com.br/EaD/como-surgiu-ensino-a-distancia.html>&cc=0. Acesso em 02 de junho de 2020.

_____. Confira o crescimento do Ensino a Distância no Brasil. Disponível em: <https://www.ead.com.br/EaD/crescimento-ensino-a-distancia-no-brasil.html>&cc=0. Acesso em 02 de junho de 2020.

SAMBATECH. EAD no Brasil: Confira tudo sobre o assunto, dados importantes e tendências para o futuro. Disponível em: <https://sambatech.com/blog/cat-EaD/EaD-no-brasil/>&cc=0. Acesso em 02 de junho de 2020.

R7. Ensino a distância tem 9 milhões de estudantes e cresce no Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educacao/ensino-a-distancia-tem-9-milhoes-de-estudantes-e-cresce-no-brasil-26112019>&cc=0. Acesso em 02 de junho de 2020.

Todas as Charges foram retiradas da página de facebook EaD na escola básica é exclusão, a qual parabenizamos pela bela iniciativa. Agradecemos e pedimos desculpas não termos entrado em contato com os autores das charges postadas na página que reproduzimos aqui. Seu endereço para visita é: <https://www.facebook.com/EaD-na-Educacao3A7C3A3o-B3A1sica-3A9-Excluso3A3o-102950284722936/>



COPYLEFT

POR UMA EDUCAÇÃO QUE FORTALEÇA O POVO!

